EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA
Nº 22/2025

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra - CONDESUS

Câmara Setorial do Desenvolvimento Social

Edital de Pregão Eletrônico nº 22/2025

Tipo de julgamento: menor preço por item

Modo de disputa: aberto

Licitação Exclusiva para beneficiárias da Lei Complementar 123/06 para os itens com valores inferiores a R$ 80.000,00 e Licitação Ampla Concorrência para os itens com valores acima de R$ 80.000,00

Processo nº 30/2025

Registro de Preço 19/2025

Municípios Participantes: Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Capão Bonito do Sul, Ipê, Jaquirana, Lagoa Vermelha, Monte Alegre dos Campos, Pinhal da Serra, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, Taquara e Vacaria.

*Licitação Compartilhada na modalidade de pregão eletrônico visando o registro de preços para futura aquisição de materiais de higiene e limpeza, por parte dos Municípios dos Campos de Cima da Serra consorciados ao CONDESUS***.**

O PRESIDENTE DO CONDESUS, O SR. ONILTON JOÃO CAPELINI, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando o registro de preços para o fornecimento dos bens descritos no Item I, do Termo de Referência, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e das Resoluções AG nº 02/2023, 09/2024 e 18/2024.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, no dia **25 de agosto às 08h**, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 07h e 30min da mesma data, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS para futura aquisição de materiais de higiene e limpeza, por parte dos Municípios dos Campos de Cima da Serra consorciados ao CONDESUS**, que obedecerá ao contido no Termo de Referência. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto da licitação descritas no Portal de Compras Públicas e as especificações constantes neste edital, prevalecerão às últimas.

1.1.1 O presente registro de preços não importa em obrigação de adquirir as quantidades registradas, podendo o Município consorciado, se desejar e mostrar-se viável, realizar licitação específica para aquisição do objeto.

1.1.2 As quantidades/execução dos bens/itens que vierem a ser realizados serão definidas na respectiva Nota de Empenho/Contrato (ou instrumento equivalente), que só será emitida dentro do prazo de validade do registro de preço correspondente que será de 12 (doze) meses contados da data de publicação da ata final.

1.1.3 A presente licitação compartilhada será realizada pelo CONDESUS, o qual ficará responsável pela condução do certame até o momento da assinatura da ata de registro de preços, findada esta etapa, os municípios consorciados ficarão responsáveis pela contratação, empenhos, liquidações e pagamentos, não restando qualquer obrigação ao consórcio pela quitação das mesmas.

1.1.4 A entrega dos produtos deverá ser feita no(s) endereços indicados na Autorização de Fornecimento do município consorciado, em até 10 (dez) dias da ordem de fornecimento, em horário de expediente, devendo comunicar-se previamente com o fiscal do contrato, para que este acompanhe a entrega.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ .

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.4. Como condição prévia de participação a Administração fará a verificação acerca da inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

a) Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

2.4.1. A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

2.5. A participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, no que se refere os itens com valores inferiores a R$ 80.000,00. Quanto aos itens cujo valor total é superior a R$80.000,00 haverá ampla concorrência.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem receita bruta máxima admitida para finsde enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no artigo 4º, §1º da Lei nº 14.133/2021.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

3.2.2. Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.2.3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.4. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.2.5. Declaração que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.2.6. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto neste edital.

3.2.7. Declaração de observância do limite de R$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, número do Registros dos materiais nos itens solicitados e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

4.4. As propostas para o certame, poderão apresentar 02 (duas) casas após a virgula.

4.5. Finalizada a sessão de lances do certame licitatório e declarados os arrematantes será solicitado o envio de proposta readequada, em campo específico da plataforma de realização da licitação, dispondo os licitantes do prazo máximo de 02 (duas) horas para fazê-lo, salvo disposição em contrário, devidamente justificada pelo Pregoeiro.

4.5.1. Junto da proposta readequada poderá ser requerido o envio qualquer documento, como ficha técnica/catálogo, que comprove a adequação do produto cotado ao material especificado no instrumento convocatório.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, ou pelo Cartório do Registro Civil de Pessoa Jurídica, com emissão não superior a 90 (noventa) dias.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação mediante o fornecimento de ao menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo permitir a obtenção das seguintes informações:

a.1) indicação do CNPJ e razão social;

a.2) informação do local e da data de expedição do atestado;

a.3) preferencialmente impresso em papel timbrado da pessoa jurídica que o emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível do responsável e, adicionalmente, conter dados sobre contatos de telefone e e-mail do responsável pela emissão do atestado.

5.5. DECLARAÇÃO, ASSINADA POR REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE, DE QUE (MODELO ANEXO IV):

a) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

b) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

e) Declaração de observância do limite de R$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

f) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

g) Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

5.6. As declarações deverão ser prestadas também via plataforma do https://www.portaldecompraspublicas.com.br em campo próprio.

5.7. Para as empresas cadastradas no CONDESUS, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.8. A substituição referida no item 5.7 somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.9. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6. VEDAÇÕES

6.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7.4. O intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances será de 1 (um) por cento, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

8.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a

Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.condesus.com.br .

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

10.1.4. O disposto no item 10.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme art. 5º do Decreto nº 11.430 da Presidência da República, de 8 de março de 2023.

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.3. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, e 5.5, enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e

assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas seguintes hipóteses previstas no §3º do art. 14 da Resolução AG nº 09/2024, que regulamenta a Sistema de Registro de Preços no âmbito do CONDESUS.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e

nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. RECURSO

14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E ADESÃO

16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.3. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16.6. É permitida a adesão na Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação, conforme determina o art. 86, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como regulamenta o Capítulo VIII, da Resolução AG 09/2024.

16.6.1. Em decorrência da adesão será devida por parte da detentora da ARP tarifa administrativa, correspondente a 1% (um por cento) do valor total dos itens aderidos, conforme determina a Resolução CA nº 01/2025.

17. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

18. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado contra empenho em até 30 dias após a entrega total dos produtos contidos na ordem de fornecimento ou empenho, por intermédio da Tesouraria do município consorciado e mediante apresentação da nota fiscal/fatura, correndo a despesa na dotação orçamentária de cada município consorciado.

18.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

18.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. O prazo de entrega integral dos produtos é de 10 (dez) dias, a contar da emissão da ordem de fornecimento pelo município consorciado.

19.2. Os materiais deverão ser entregues no endereço indicado na ordem de compra do município consorciado.

19.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

19.4. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

19.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.6. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.7. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado

poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 20.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20.14. As infrações de que tratam este capítulo serão apuradas através da instauração de processo administrativo no âmbito do CONDESUS, conforme previsto no

Regimento Interno do Procedimento Administrativo Sancionador – PAS, aprovado pela Resolução AG nº 10/2025.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do seguinte endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/

21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração https://www.portaldecompraspublicas.com.br/

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Vacaria, 28 de julho de 2025.

Onilton João Capelini
Presidente do CONDESUS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, para atender às necessidades dos municípios consorciados ao CONDESUS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS. COMPOSIÇÃO: PRODUTO A BASE DE CLORO. HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO DE SÓDIO, ÁGUA E ESSÊNCIA. TEOR DE CLORO ATIVO 2,0% A 2,5% P/P. EMBALADO EM FRASCO COM TAMPA DE ROSQUEAR, PARA MAIOR SEGURANÇA NO TRANSPORTE E MANUSEIO DO PRODUTO. (01-87-0001)	UND	18.609	R$ 12,49	R$ 232.426,41
2	ÁLCOOL 70% ANTISSÉPTICO EM AEROSSOL EMBALAGEM DE 300 ML	UND	11.994	R$ 15,49	R$ 185.787,06
3	ALCOOL 92,8 INPM ETÍLICO HIDRATADO, APROVADO INMETRO, EMBALAGEM DE 1LITRO. COMPOSIÇÃO: ÁLCOOL ETÍLICO DILUÍDO, DESNATURANTE E VEÍCULO. EMBALADO EM FRASCO INCOLOR, COM TAMPA DE ROSQUEAR, PARA MAIOR SEGURANÇA NO TRANSPORTE E MANUSEIO DO PRODUTO. (01-87-0003)	UND	19.189	R$ 7,45	R$ 142.958,05
4	ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO HIDRATADO DESINFETANTE DE CARACTERÍSTICA HOSPITALAR, APRESENTA CONCENTRAÇÃO DE 70% DE ÁLCOOL (70º DE INPM[1]), EMBALAGEM DE 1 LITRO. (01-87-0106)	UND	20.029	R$ 6,15	R$ 123.178,35

5	ÁLCOOL GEL 500 ML. ÁGUA DEIONIZADA, ALCOOLETÍLICO, GLICERINA, TRIETANOLAMINA, PROPILENOGLICOL, CARBONERO E BENZOATO DE DENATÔNIO. (01-87-0002)	UND	16.463	R$ 6,22	R$ 102.399,86
6	ALCOOL GEL 70 % HIGIENIZADOR INCOLOR EMB. 5 LT	UND	8.436	R$ 44,33	R$ 373.967,88
7	ALCOOL GEL 70% HIGIENIZADOR C/ ALOE VERA EMB 5 LT	UND	8.132	R$ 36,03	R$ 292.995,96
8	ÁLCOOL TIPO ETÍLICO HIDRATADO, CONC. 70 %, EMB. 5 LT	UND	9.829	R$ 27,12	R$ 266.562,48
9	AMACIANTE P/ ROUPAS, 5 LITROS. COMPOSIÇÃO: QUATERNÁRIO DE AMÔNIA, ÁGUA, ESSÊNCIA, CONSERVANTE E CORANTE. (01-87-0005)	UND	5.848	R$ 18,21	R$ 106.492,08
10	AROMATIZANTE DE AMBIENTE, EMBALAGEM DE 360 ML/293,06, FRAGRÂNCIA LAVANDA OU TALCO, AEROSSOL, COM CAPACIDADE DE ELIMINAR OS ODORES INDESEJÁVEIS CAUSADOS PELAS BACTÉRIAS STAPHYLOCOCCUS AUREUS, SALMONELLA CHOLERAESUIS E TRICOPHYTON MENTAGROPHYTES. (01-87-0008)	UND	15.618	R$ 8,98	R$ 140.171,55
11	BACIA PLÁSTICA CAPACIDADE 20 LITROS, EM PLÁSTICO NÃO RECICLADO, RESISTENTE. (01-87-0006)	UND	1.703	R$ 16,54	R$ 28.167,62
12	BALDE ESFREGÃO DE LIMPEZA, CAPACIDADE 13 LITROS (ACOMPANHA 1 BALDE, 1 CABO E 1 REFIL).	UND	2.342	R$ 77,56	R$ 181.645,52
13	BALDE PLÁSTICO COM ALÇA EM METAL CAPACIDADE MÍNIMA DE 18 LITROS, EM	UND	2.142	R$ 11,62	R$ 24.890,04

	PLÁSTICO RESISTENTE, NÃO RECICLADO. (01-87-0007)				
14	BALDE PLÁSTICO COM CAPACIDADE 10 LITROS - PARA USO PROFICIONAL RESISTENTE	UND	1.752	R$ 6,29	R$ 11.020,08
15	BALDE PLÁSTICO COM CAPACIDADE DE 15 LITROS - USO PROFISSIONAL RESISTENTE	UND	1.790	R$ 9,44	R$ 16.897,60
16	CERA EM PASTA AMARELA, EMBALAGEM COM 13 KG. COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CERA DE POLIETILENO, ÓLEO VEGETAL, HIDROGENADO, SOLVENTE DE PETRÓLEO E CORANTE, PARA PARQUE. (01-87-0010)	UND	1.507	R$ 456,34	R$ 687.704,38
17	CERA EM PASTA VERMELHA, EMBALAGEM COM 13 KG. COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CERA DE POLIETILENO, ÓLEO VEGETAL, HIDROGENADO, SOLVENTE DE PETRÓLEO E CORANTE, PARA PARQUE. (01-87-0009)	UND	1.193	R$ 497,17	R$ 593.123,81
18	CERA LÍQUIDA AMARELA EMBALAGEM COM 5L, PRONTO USO, É CONSTRUÍDA POR UMA ASSOCIAÇÃO BALANCEADA DE CERAS E RESINAS SINTÉTICAS, PLASTIFICANTE E EMULSIONANTES, ANIÔNICOS E NÃO IÔNICOS QUE PROPICIAM UMA PELÍCULA UNIFORME FLEXÍVEL, PROTETORA, AUTOBRILHANTE E ANTIDERRAPANTE PARA PISO. COM NOTIFICAÇÃO NA ANVISA/MS. (01-87-0088)	UND	1.898	R$ 32,73	R$ 62.121,54

19	CERA LÍQUIDA INCOLOR EMBALAGEM COM 5L, PRONTO USO, É CONSTRUÍDA POR UMA ASSOCIAÇÃO BALANCEADA DE CERAS E RESINAS SINTÉTICAS, PLASTIFICANTE E EMULSIONANTES, ANIÔNICOS E NÃO IÔNICOS QUE PROPICIAM UMA PELÍCULA UNIFORME FLEXÍVEL, PROTETORA, AUTOBRILHANTE E ANTIDERRAPANTE PARA PISO. COM NOTIFICAÇÃO NA ANVISA/MS. (01-87-0087)	UND	2.045	R$ 35,46	R$ 72.515,70
20	CERA LÍQUIDA INCOLOR EMBALAGEM COM 750ML, PARA TODOS OS TIPOS DE PISOS, COM AÇÃO IMPERMEABILIZANTE E ALTA PERFORMANCE, PROPORCIONA BRILHO INSTANTANEO E POSSUI FRAGRANIA SUAVE, COMPOSIÇÃO: VEÍCULO, PLASTIFICANTES, ALCALIZANTES, FORMADORES DE FILME, COADJUVANTES EMULCIFICANTE, CONSERVANTE E FRAGRÂNCIA. (01-87-0089)	UND	1.845	R$ 12,02	R$ 22.176,90
21	CESTO PLÁSTICO 9 L PARA PAPEL (01-87-0011)	UND	1.370	R$ 5,03	R$ 6.891,10
22	COADOR DE PANO PARA CAFÉ, CABO DE MADEIRA, TAMANHO GRANDE (01-87-0012)	UND	2.241	R$ 8,83	R$ 19.788,03
23	COLHER DE MESA COM CABO EM PROPILENO OU MADEIRA MEDINDO 190X40X18MM (01-87-0070)	UND	3.273	R$ 3,92	R$ 12.830,16
24	COLHER PEQUENA DE MESA COM CABO EM PROPILENO OU MADEIRA MEDINDO 95X9,0X250MM (01-87-0071)	UND	3.421	R$ 2,23	R$ 7.628,83

25	CONDICIONADOR DE CABELO INFANTIL EMBALAGEM DE 200 ML. COMPOSIÇÃO: AQUA, POLYQUATERNIUM - 7, CETYL ALCOHOL HIDROXYETHYCELULOSE, BEHENTRIMONIUM CHLORIDE CETRIMONIUM CLORIDE, PARFUM, CETEARETH 20 METHILISOTHIAZOLINE, METHY/CHLOISOTHIZOLINE, CHAMOMILA RECUTITA EXTRACT, ALOE BARBADENSIS EXTRACT. (01-87-0013)	UND	2.259	R$ 10,43	R$ 23.561,37
26	COPO DE VIDRO PARA ÁGUA CAPACIDADE 250ML (01-87-0072)	UND	2.738	R$ 4,60	R$ 12.594,80
27	COPO DESCARTÁVEL PLÁSTICO 180ML - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES (01-87-0077)	PCT	39.391	R$ 4,58	R$ 180.410,78
28	COPO DESCARTÁVEL PLÁSTICO 80ML - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES (01-87-0078)	PCT	27.465	R$ 4,25	R$ 116.726,25
29	CORDA DE VARAL N°10 DE 10 MTS (01-87-0107)	UND	1.194	R$ 7,21	R$ 8.608,74
30	CREME DENTAL INFANTIL 50G (01-87-0108)	UND	10.742	R$ 4,04	R$ 43.397,68
31	CREME PARA PENTEAR 150 ML INFANTIL. PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO. COMPOSIÇÃO: AQUA, CETEARYL ALCOHOL, CETRIMONIUM CHLORIDE, MINERAL OIL, PARFUM, GLYCERYL STEARATE, AMINO BISPROPYL, DIMETHICONE AND TRIDECETH-12 AND TEA-DODECYLBENZENESULFONATE, DMDM HYDANTOIN, METHYLPARABEN, PROPYLPARABEN, CITRIC ACID, YELLOW 5 (CL 19140). (01-87-0079)	UND	2.151	R$ 12,98	R$ 27.919,98

32	DESENGORDURANTE EMBALAGEM COM 5L, REMOVEDOR DE ENCARDIDOS, CONTENDO EM SUA COMPOSICAO TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS, ALCALINIZANTES, GLICOL ÉTER, QUELANTES, COADJUVANTES, CORANTE, ESTABILIZANTES EM VEICULO AQUOSO. COM NOTIFICAÇÃO NA ANVISA/MS. (01-87-0096)	UND	9.905	R$ 10,51	R$ 104.101,55
33	DESENTUPIDOR DE VASO SANITÁRIO, COM CABO LONGO 60 CM, BASE DE BORRACHA	UND	1.387	R$ 7,21	R$ 10.000,27
34	DESINFETANTE LÍQUIDO DE TALCO OU LAVANDA, EMBALAGEM DE 05 LITROS BACTERICIDA E GERMICIDA. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, INGREDIENTES ATIVOS, FORMOL, SABÃO, SOLVENTE, ESTABILIZANTE, SEQUESTRANTE E CORANTE. EMBALADO EM FRASCO INCOLOR, COM TAMPA DE ROSQUEAR, PARA MAIOR SEGURANÇA NO TRANSPORTE E MANUSEIO DO PRODUTO. (01-87-0014)	UND	22.600	R$ 12,42	R$ 280.692,00
35	DETERGENTE AUTOMOTIVO, BIODEGRADÁVEL, COM PH NEUTRO. EMBALAGEM DE 5 LITROS (01-87-0101)	UND	2.615	R$ 12,63	R$ 33.027,45
36	DETERGENTE LÍQUIDO BIODEGRADÁVEL P/ LOUÇA, 5 LITROS. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIONICOS, GLICERINA, COADJUVANTE, PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTES, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO LINEAR, LAURIL ESTER SULFATO DE SÓDIO, CORANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA, TENSOATIVO	UND	17.732	R$ 10,22	R$ 181.221,04

	BIODEGRADÁVEL. (01-87-0015)				
37	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUISO COM RESERVATÓRIO TAMANHO PADRÃO (01-87-0085)	UND	1.933	R$ 23,15	R$ 44.748,95
38	DISPENSER SIMPLES PARA PAPEL HIGIÊNICO TAMANHO PADRÃO (01-87-0084)	UND	1.808	R$ 22,21	R$ 40.155,68
39	DISPENSER SIMPLES PARA TOALHA DE PAPEL TAMANHO PADRÃO (01-87-0083)	UND	1.872	R$ 23,81	R$ 44.572,32
40	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA CONSERVAR ALIMENTOS, 5 LITROS, ROLO CONTENDO 100 UNIDADES, TRANSPARENTE, DESTACÁVEL, ATÓXICO, INODORO E INCOLOR. TAMANHO MÍNIMO 8X40CM. (01-87-0112)	ROLO	3.629	R$ 6,88	R$ 24.967,52
41	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA CONSERVAR ALIMENTOS, 8 LITROS, ROLO CONTENDO 100 UNIDADES, TRANSPARENTE, DESTACÁVEL, ATÓXICO, INODORO E INCOLOR. TAMANHO MÍNIMO 35CMX45CM. (01-87-0091)	ROLO	1.414	R$ 9,28	R$ 13.121,92
42	ESCOVA DE LAVAR ROUPA. ESTRUTURA PLÁSTICA EM FORMATO ANATÔMICO. CERDAS DE NYLON. MEDIDAS MÍNIMAS: 11CM x 6CM x 4CM (C-L-A). (01-87-0109)	UND	5.377	R$ 2,46	R$ 13.227,42
43	ESCOVA DENTAL INFATIL, MACIA COM CERDAS DE NYLON POLIDAS E ARREDONDADAS E CABEÇA COMPACTA. (01-87-0110)	UND	10.121	R$ 3,90	R$ 39.471,90
44	ESCOVA PARA LIMPAR MAMADEIRA COM HASTE PLÁSTICA E CERDAS MACIAS MEDIDAS NA CAIXA: 28 X 11 X 5 CM. (01-87-0082)	UND	1.502	R$ 9,63	R$ 14.464,26

45	ESCOVA PARA LIMPEZA SANITÁRIA TIPO LAVATINA (BOLA BRANCA) COM CERDAS BRANCAS EM FIBRA DE NYLON SINTÉTICO. PLÁSTICA COM SUPORTE PARA A ESCOVA. RESISTENTE E DURÁVEL. (01-87-0092)	UND	4.677	R$ 5,52	R$ 25.817,04
46	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO COM CABO DE MADEIRA E COM CERDAS DE NYLON RESISTENTE. (01-87-0016)	UND	3.636	R$ 3,07	R$ 11.162,52
47	ESFREGÃO PARA LAVAR CARRO HIDRO, COM CABO DE MADEIRA 2MX22MM, POSSUI FURAÇÃO INTERNA PERMITINDO JORRAR ÁGUA ENTRE AS CERDAS (01-87-0103)	UND	1.151	R$ 49,24	R$ 56.675,24
48	ESPANADOR DE PÓ TIPO PENA CABO PLÁSTICO OU MADEIRA (01-87-0060)	UND	1.445	R$ 22,26	R$ 32.165,70
49	ESPONJA DE LÃ DE AÇO, PC C/ 8 UN. COMPOSIÇÃO: AÇO CARBONO, 60G. (01-87-0017)	UND	7.341	R$ 2,68	R$ 19.673,88
50	ESPONJA DUPLA FACE P/ LOUÇA. MEDINDO APROXIMADAMENTE 110X75X20 MM, FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO E ESPUMA DE POLIURETANO, MULTIUSO, COM AGENTE ANTIBACTÉRIA. (01-87-0018)	UND	27.532	R$ 0,86	R$ 23.677,52
51	FACA DE MESA COM SERRILHADO E CABO DE PROPILENO/MADEIRA COM AS SEGUINTES MEDIDAS 203X17X05MM (01-87-0067)	UND	3.015	R$ 4,92	R$ 14.833,80
52	FACA DE MESA TIPO CHURRASCO COM LÂMINA EM AÇO INOX 5" COM FIO SERRILHADO. CABO DE POLYWOOD (MADEIRA TRATADA) FIXADO POR REBITES DE ALUMÍNIO, MEDINDO 13X62X225MM (01-87-0075)	UND	1.320	R$ 14,03	R$ 18.519,60

53	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 103, COM MICROTEXTURA ESPECIAL DE FILTRAGEM E COSTURA RESISTENTE. CAIXA CONTENDO 30 UNIDADES. (01-89-0090)	UND	4.682	R$ 5,64	R$ 26.406,48
54	FLANELA PARA LIMPEZA 100% ALGODÃO MEDINDO APROXIMADAMENTE 20X30CM. (01-87-0063)	UND	9.447	R$ 2,37	R$ 22.389,39
55	FÓSFORO CAIXA COM 240 UNIDADES (01-87-0020)	UND	6.288	R$ 4,78	R$ 30.056,64
56	FRALDA DE PANO PACOTE COM 05 UN (01-87-0019)	PCT	3.791	R$ 23,51	R$ 89.126,41
57	GARFO COM CABO EM PROPILENO OU MADEIRA MEDINDO 190X25X17MM (01-87-0069)	UND	3.656	R$ 3,49	R$ 12.759,44
58	GARRAFA TÉRMICA 1.8 LITROS, BOMBA DE PRESSÃO ANTI PINGO E ALÇA DE TRANSPORTE, AMPOLA DE VIDRO (01-87-0104)	UND	2.286	R$ 81,91	R$ 187.246,26
59	GUARDANAPO DE PAPEL COR BRANCA DE ALTA QUALIDADE, MEDINDO: 22 X 23 CM. PACOTE COM 50 FOLHAS. (01-89-0093)	UND	20.276	R$ 3,01	R$ 61.030,76
60	HASTES FLEXÍVEIS DE ALGODÃO 100% PURO. COMPOSIÇÃO: PLIPROPILENO, ALGODÃO E SOLUÇÃO ANTIMICROBIANA (FORMALDEÍDO). EMBALAGEM COM 75 UNIDADES. (01-87-0021)	EMBALAGEM	1.772	R$ 3,04	R$ 5.386,88
61	INSETICIDA DOMESTICO MULTI INSETICIDA, PULVERIZADOR AEROSOL FRASCO EM ALUMÍNIO DE 300ML. (01-87-0066)	UND	2.407	R$ 8,78	R$ 21.133,46
62	ISQUEIRO A GÁS MÉDIO (01-87-0022)	UND	2.228	R$ 4,76	R$ 10.605,28
63	LENÇO UMEDECIDO. COMPOSIÇÃO: GLYCERIN, LANETH -20, POLYSORBATE 20, PARFUM, COCAMIDOPROPYL BETAINE, PROPYLENE GLYCOL,	EMBALAGEM	19.129	R$ 13,46	R$ 257.476,34

	METHYPARABEN, DISODIUM EDTA, CALÊNDULA OFFICINALIS, AQUA. EMBALAGEM PLÁSTICO COM 450 UNIDADES. (01-87-0055)				
64	LIMPA VIDROS, EMBALAGEM DE 500 ML, COMPOSIÇÃO: LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, COADJUVANTES, CORANTE, ÁGUA. (01-87-0023)	UND	8.208	R$ 3,60	R$ 29.548,80
65	LIMPADOR CONCENTRADO MULTIUSO, INDICADO PARA LIMPEZA DE PISOS, PAREDES, BANHEIROS E SIMILARES, COM FÁCIL APLICAÇÃO E DISSOLUÇÃO, FACILMENTE REMOVIDO PELO ENXAGUE, EXCELENTE REMOVEDOR DE GORDURAS. COMPOSIÇÃO BÁSICA: NONIFENOL, POLIGLICOL, ÉTER, ALCALINIZANTE, BUTILGLICOL, ADITIVO, AGENTE DE CONTROLADOR DE PH, CONSERVANTE, CORANTE, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO, COM REGISTRO. FRASCO DE 500ML. (01-87-0056)	UND	18.603	R$ 5,24	R$ 97.479,72
66	LIMPEZA PESADA, EMBALAGEM DE 500 ML, COMPOSIÇÃO: LAURIL, ÉTER SULFATO DE SÓDIO, COADJUVANTES, CORANTE, ÁGUA. OBS: ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO C/ IMPRESSÃO ORIGINAL DO FABRICANTE, C/ INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO, TAIS COMO COMPOSIÇÃO QUÍMICA, VALIDADE, QUANTIDADE, LOTE, ETC. AROMA DE LAVANDA. (01-87-0057)	UND	15.357	R$ 6,98	R$ 107.191,86
67	LIXA D'AGUA Nº 20 (01-87-0081)	UND	2.484	R$ 3,36	R$ 8.346,24
68	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL COM	UND	2.237	R$ 60,00	R$ 134.220,00

	CAPACIDADE PARA 30 LITROS (01-87-0074)				
69	LUSTRA MÓVEIS COM PERFUME DE LONGA DURAÇÃO. COMPOSIÇÃO: CERA MICROCRISTALINA, CERA DE PARAFINA, SILICONE, EMULSIFICANTE, ESPESSANTE, DERIVADO DE ISOTIAZOLINONA, SOLVENTE ALIFÁTICO, FRAGRÂNCIA E ÁGUA EMABALAGEM DE 200ML. (01-87-0061)	UND	4.474	R$ 3,68	R$ 16.464,32
70	LUVA DE LATÉX CANO LONGO, COM VIROLA NÃO PERMITE A ENTRADA DE LÍQUIDOS NA LUVA (01-87-0100)	PAR	9.405	R$ 8,27	R$ 77.779,35
71	LUVA DE LÁTEX NATURAL PARA PROCEDIMENTO, PRÉ TALCADA, BRANCA. PACOTE COM 100UN (01-87-0027)	PCT	8.729	R$ 19,60	R$ 171.088,40
72	LUVA DE LÁTEX, TAM. G, MULTIUSO P/ USO NA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO. PAR (01-87-0026)	PAR	7.084	R$ 2,32	R$ 16.434,88
73	LUVA DE LÁTEX, TAM. M, MULTIUSO P/ USO NA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO. PAR (01-87-0024)	PAR	7.201	R$ 2,00	R$ 14.402,00
74	LUVA DE LÁTEX, TAM. P, MULTIUSO P/ USO NA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO. PAR (01-87-0025)	PAR	6.203	R$ 1,83	R$ 11.351,49
75	LUVA DE LÁTEX, TAM. XG, MULTIUSO P/ USO NA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO. PAR (01-87-0086)	PAR	2.979	R$ 2,32	R$ 6.911,28
76	MÁSCARA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO, ATÓXICA, NÃO ESTÉRIL, 100¢ PROPILENO, TAMANHO ÚNICO, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES (01-87-0080)	EMBALAGEM	2.908	R$ 8,09	R$ 23.525,72
77	PÁ DE LIXO, EM PLÁSTICO RESISTENTE. (01-87-0028)	UND	2.232	R$ 2,65	R$ 5.914,80
78	PALHA DE AÇO PACOTE COM 02 UNIDADES (01-87-0029)	UND	6.991	R$ 1,92	R$ 13.422,72

79	PANO DE CHÃO ALVEJADO GROSSO MEDINDO APROXIMADAMENTE 46X70CM (01-87-0062)	UND	10.590	R$ 6,33	R$ 67.034,70
80	PANO DE CHÃO SEM ALVEJAR GROSSO MEDINDO APROXIMADAMENTE 46X70CM (01-87-0111)	UND	9.080	R$ 6,08	R$ 55.206,40
81	PANO DE PRATO BRANCO P/ LOUÇA* 100% ALGODÃO, C/ BAINHA NOS 4 LADOS, TAMANHO 50X70CM APROXIMADAMENTE. (01-87-0030)	UND	13.268	R$ 5,18	R$ 68.728,24
82	PANO MULTIUSO 28X50CM - (ROLO COM 600 UNIDADES)	UND	2.637	R$ 86,24	R$ 227.414,88
83	PAPEL ALUMÍNIO BOBINA DE 30 X 7,5 CM. (01-89-0094)	UND	2.371	R$ 3,84	R$ 9.104,64
84	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA C/ 30M, FARDO C/64 ROLOS FOLHA DUPLA, BRANCA, PICOTADO E GOFRADO DE ALTA QUALIDADE, NEUTRO, 100% FIBRAS NATURAIS, COM EXTRATO DE ALGODÃO. EMBALAGEM COM 04 ROLOS DE 30MX10CM, FARDO COM 16 PACOTES C/ 4 UNIDADES CADA. (01-87-0032)	FARDO	18.740	R$ 66,81	R$ 1.252.019,40
85	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA SIMPLES C/ 300M. FOLHA SIMPLES, BRANCA, PICOTADO DE ALTA QUALIDADE, NEUTRO, 100% FIBRAS NATURAIS. FARDO COM 8 ROLOS (01-87-0031)	FARDO	15.208	R$ 48,07	R$ 731.048,56
86	PAPEL TOALHA PICOTADO, BRANCA, PICOTADA E GROFADA, FOLHAS DUPLAS, TAMANHO MÍNIMO DE 20X20CM, PACOTE COM 2 ROLOS. (01-87-0033)	PCT	9.019	R$ 4,57	R$ 41.216,83
87	PAPEL TOALHA, FLS INDIVIDUAIS, FARDO C/ 4800 UNDS, BRANCA (01-87-0034)	UND	13.587	R$ 57,72	R$ 784.241,64
88	PASTILHA ADESIVA PARA VASO SANITÁRIO, SEM CESTINHA, ALTA	UND	11.271	R$ 4,34	R$ 48.916,14

	DURABILIDADE, EMBALAGEM COM 03 UNIDADES. (01-87-0099)				
89	PENTE FINO EM PLÁSTICO PARA REMOÇÃO DE PIOLHOS. (01-87-0035)	UND	1.221	R$ 4,86	R$ 5.934,06
90	POTE PLÁSTICO COM TAMPA, RESISTENTE PARA MANTIMENTOS DE 2 L (01-87-0037)	UND	1.388	R$ 6,98	R$ 9.688,24
91	POTE PLÁSTICO COM TAMPA, RESISTENTE PARA MANTIMENTOS DE 5 LITROS (01-87-0036)	UND	1.316	R$ 8,92	R$ 11.738,72
92	PRATO FUNDO DURALEX ASTRAL VIDRO TEMPERADO TAMANHO 22X32 (01-87-0068)	UND	2.129	R$ 6,20	R$ 13.199,80
93	PRENDEDOR DE ROUPAS EM MADEIRA C/12 UNIDADES (01-87-0073)	UND	3.459	R$ 4,76	R$ 16.464,84
94	REFIL ESFREGÃO DE CHÃO ALGODÃO, COM ROSCA TIPO BRUXA. (01-87-0098)	UND	2.924	R$ 4,48	R$ 13.099,52
95	REFIL MOP MICROFIBRA PARA MOP GIRATÓRIO, BALDE 12 LITROS. (01-87-0097)	UND	2.725	R$ 14,03	R$ 38.231,75
96	RODO METÁLICO C/ BORRACHA DUPLA 42 CM, C/ CABO DE MADEIRA MEDINDO 1M, EMBORRACHADO NA PONTA P/ ROSQUEAR NA BASE DO RODO E C/ GANCHO P/ PENDURAR, C/ PERFEITO ACABAMENTO. (01-87-0058)	UND	2.993	R$ 8,80	R$ 26.338,40
97	RODO PASSA CERA COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, COM RODO E BASE MADEIRA. IDEAL PARA PASSAR CERA E LAVAR PEQUENAS ÁREAS COMO PISOS E PAREDES. (01-87-0038)	UND	8.142	R$ 5,91	R$ 48.119,22
98	SABÃO DE BARRA COMUM 200G.GLICERINADO. ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM IMPRESSÃO ORIGINAL DO FABRICANTE, COM	UND	16.190	R$ 2,57	R$ 41.608,30

	INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO, TAIS COMO COMPOSIÇÃO QUÍMICA, VALIDADE, QUANTIDADE, LOTE, ETC. (01-87-0039)				
99	SABÃO EM PÓ BIODEGRADÁVEL 5KG. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIONICO, BRANQUEADOR ÓTICO, COADJUVANTE, SINERGISTA, ENZIMA, ALCALINIZANTES, CORANTES, PERFUME E ÁGUA. (01-87-0040)	UND	6.216	R$ 32,97	R$ 204.941,52
100	SABÃO FORTE SOLUPAN, DESENGRAXANTE LIMPEZA PESADA DE GRAXAS E ÓLEOS, EMBALAGEM DE 5 LITROS (01-87-0102)	UND	8.135	R$ 16,00	R$ 130.160,00
101	SABONETE INFANTIL EM BARRA 75 GRAMAS, COM CREME HIDRATANTE COM CAMOMILA E ALOE VERA. (01-87-0041)	UND	2.120	R$ 5,94	R$ 12.592,80
102	SABONETE LÍQUIDO CREMOSO, SEMI-GEL, PEROLADO, HIDRATANTE E EMOLIENTE. EMBALAGEM DE 5 LITROS COM AGENTES UMECTANTES E EMOLIENTES. AROMA DE FRUTAS, FLORES OU TALCO (01-87-0065)	UND	7.137	R$ 19,62	R$ 140.027,94
103	SACO DE LIXO 100 L, PRETO OU AZUL, 10 MICRAS, PACOTE C/ 100 UNIDADES (01-87-0042)	PCT	8.361	R$ 31,25	R$ 261.281,25
104	SACO DE LIXO 100 LITROS, REFORÇADO 15 MICRAS, PRETO OU AZUL, PACOTE COM 100 UNIDADES (01-87-0105)	PCT	9.501	R$ 37,57	R$ 356.952,57
105	SACO DE LIXO 30 L, PRETO OU AZUL, 10 MICRAS PCTE C/ 100 UNIDADES (01-87-0043)	PCT	9.734	R$ 17,69	R$ 172.194,46
106	SACO DE LIXO 50 L, BRANCO, 10 MICRAS PACOTE C/100 UNIDADES, PARA LIXO INFECTANTE. (01-87-0045)	PCT	6.525	R$ 23,67	R$ 154.446,75

107	SACO DE LIXO 50 L, PRETO OU AZUL, 10 MICRAS, PACOTE C 100 UNIDADES (01-87-0044)	PCT	8.540	R$ 19,18	R$ 163.797,20
108	SACO DE PANO ALVEJADO DE BOA QUALIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO 40X60 (01-87-0046)	PCT	5.574	R$ 3,04	R$ 16.944,96
109	SACOLA PLÁSTICA LISA BRANCA / LEITOSA, ALÇA TIPO CAMISETA, 50 CM X 60 CM. PACOTE COM 500 UNIDADES (01-87-0095)	PCT	2.508	R$ 300,00	R$ 752.400,00
110	SAPONÁCEO CREMOSO 300ML LAVANDA OU LIMÃO. COMPOSIÇAO: TENSOATIVOS, ANIÔNICOS E NAO IÔNICOS, ESPESSANTES E ALCALINIZANTES, ABRASIVO, PRESERVANTE, FRAGÂNCIA E VEÍCULO. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUILBENZENO SULFONATO DE SÓDIO. LAVANDA OU LIMAO. IMPORTANTE: ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELAO COM IMPRESSAO ORIGINAL DO FABRICANTE, COM INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO, TAIS COMO COMPOSIÇÃO QUÍMICA, VALIDADE, QUANTIDADE, LOTE. (01-87-0047)	UND	15.820	R$ 3,43	R$ 54.262,60
111	SHAMPO INFANTIL 350G. SODIUM LAURETH SULFATE, COCOMIDE DEA, SODIUM COCOAMPHOACETATE, DECYL GLUCOSIDE, PEG 150 DISTEARATE, PLOYQUATERNIUM - 7, HIDROLYSED WHEAT PROTEIN, CITRIC ACID, METHYCLOSOTHIAZOLINONE, SODIUM CHOLORIDE, PARFUM, AQUA CI 42053 350 ML. (01-87-0048)	UND	2.740	R$ 9,69	R$ 26.550,60
112	SODA CÁUSTICA EM ESCAMAS, POTE DE 1 KG	UND	1.268	R$ 13,76	R$ 17.447,68

113	TALCO EM PÓ, POTE PLÁSTICO DE 200 G. COMPOSIÇÃO: TALCO, MAGNESIUM CARBONATE, PARFUM. (01-87-0049)	UND	1.420	R$ 14,82	R$ 21.044,40
114	TAPETE PARA PORTA SUPERFÍCIE EM 100% ALGODÃO BASE EM LÁTEX ANTIDERRAPANTE RETANGULAR MEDINDO 50X70CM (01-87-0064)	UND	1.511	R$ 29,97	R$ 45.284,67
115	TOALHA DE BANHO DE BOA QUALIDADE 100% ALGODÃO MEDINDO 80X140 (01-87-0076)	UND	1.860	R$ 22,69	R$ 42.203,40
116	TOALHA DE ROSTO MEDIA C/ APROX. 50CMX70CM DE 100 % ALGODÃO - BOA QUALIDADE - CORES ESCURAS (01-87-0050)	UND	2.144	R$ 10,44	R$ 22.383,36
117	TOUCA DESCARTÁVEL EMBALAGEM COM 100 UNIDADES (01-87-0051)	EMBALAGEM	3.109	R$ 6,76	R$ 21.016,84
118	TRAVESSEIRO EM MALHA LAVÁVEL 50X70 (01-87-0052)	UND	1.553	R$ 20,94	R$ 32.519,82
119	TRAVESSEIRO EM MALHA LAVÁVEL PEQUENO/INFANTIL MEDINDO 30X40 (01-87-0053)	UND	1.394	R$ 15,10	R$ 21.049,40
120	VASSOURA COM CABO EM MADEIRA OU AÇO, REVESTIDA EM PLÁSTICO. CABO DE NO MÍNIMO 1,20M COM ALÇA NA PONTA SUPERIOR E ROSCA NA INFERIOR. BASE/PONTEIRA EM PLÁSTICO. MATERIAL: SINTÉTICO E METAL. CERDAS DE NYLON RESISTENTE COM 70 TUFOS E 04 FILEIRAS. (01-87-0054)	UND	7.470	R$ 9,49	R$ 70.890,30

* Itens Exclusivos ME/EPP

2. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO

Se faz necessário a abertura do referido processo de licitação pois são itens amplamente utilizados por diversas secretarias de todos os municípios consorciados ao CONDESUS. Nesta hipótese a aquisição desses materiais é essencial para garantir o adequado funcionamento das atividades administrativas e operacionais,

assegurando um ambiente de trabalho limpo e saudável para os servidores e cidadãos que utilizam os serviços públicos.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A presente contratação tem fundamento no Termo de Formalização de Demanda nº 01/2025 e Estudo Técnico Preliminar nº 25/2025, os quais fazem parte integrante desse processo de contratação.

3.2. Os materiais serão utilizados pelas secretarias dos municípios consorciados, e têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de higiene e limpeza, conforme especificações constantes no presente instrumento. Considerando então a disponibilidade de pessoas jurídicas atuantes neste específico ramo de varejo verifica-se que esta é a solução mais adequada para a satisfação da demanda vislumbrada pela Administração.

3.4. Para esta contratação o CONDESUS procedeu na publicação de edital de pré-qualificação de produtos conforme preconiza o Art. 80 da Lei 14.133/2021. Assim, faz parte integrante do instrumento convocatório o Edital de Pré-Qualificação 02/2024.

3.4.1. A licitante interessada em participar do certame, **OBRIGATORIAMENTE** deverá cotar as marcas pré-qualificadas sob pena de desclassificação de sua proposta.

3.4.2. A lista de produtos que dispõe de pré-qualificação vigente, nos termos do Catálogo de Padronização de Bens e Serviços, é a seguinte:

Item	Produto/Serviço (Descrição minuciosa)	Unidade de Medida	Marcas Pré-Qualificadas

1	ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS. COMPOSIÇÃO: PRODUTO A BASE DE CLORO. HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO DE SÓDIO, ÁGUA E ESSÊNCIA. TEOR DE CLORO ATIVO 2,0% A 2,5% P/P. EMBALADO EM FRASCO COM TAMPA DE ROSQUEAR, PARA MAIOR SEGURANÇA NO TRANSPORTE E MANUSEIO DO PRODUTO.	UND	QBOA; GIRANDO O SOL; RAJJA; ATIVUS; AQUAFAST
9	AMACIANTE P/ ROUPAS, 5 LITROS. COMPOSIÇÃO: QUATERNÁRIO DE AMÔNIA, ÁGUA, ESSÊNCIA, CONSERVANTE E CORANTE.	UND	CONFORT CLASSIC; YPÊ ACONCHEGO; FOFO CEU; AQUAFAST
10	AROMATIZANTE DE AMBIENTE, EMBALAGEM DE 360 ML/293,06, FRAGRÂNCIA LAVANDA OU TALCO, AEROSSOL, COM CAPACIDADE DE ELIMINAR OS ODORES INDESEJÁVEIS CAUSADOS PELAS BACTÉRIAS STAPHYLOCOCCUS AUREUS, SALMONELLA CHOLERAESUIS E TRICOPHYTON MENTAGROPHYTES.	UND	GLADE; BOM AR; AIR WICK; ULTRA FRESH; UPPRO FRESH; LEV&USE
13	BALDE PLÁSTICO COM ALÇA EM METAL CAPACIDADE MÍNIMA DE 18 LITROS, EM PLÁSTICO RESISTENTE, NÃO RECICLADO.	UND	PLASVALE; ARQPLAST; SANREMO
16	CERA EM PASTA AMARELA, EMBALAGEM COM 13 KG. COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CERA DE POLIETILENO, ÓLEO VEGETAL, HIDROGENADO, SOLVENTE DE PETRÓLEO E CORANTE, PARA PARQUE.	UND	TIGRE; GUANABARA
17	CERA EM PASTA VERMELHA, EMBALAGEM COM 13 KG. COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CERA DE POLIETILENO, ÓLEO VEGETAL, HIDROGENADO, SOLVENTE DE PETRÓLEO E CORANTE, PARA PARQUE.	UND	TIGRE; GUANABARA
18	CERA LÍQUIDA AMARELA EMBALAGEM COM 5L, PRONTO USO, É CONSTRUÍDA POR UMA ASSOCIAÇÃO BALANCEADA DE CERAS E RESINAS SINTÉTICAS,	UND	GUANABARA; BRAVO; CENTRAL DERME; GIRANDO SOL; POLY LAR

	PLASTIFICANTE E EMULSIONANTES, ANIÔNICOS E NÃO IÔNICOS QUE PROPICIAM UMA PELÍCULA UNIFORME FLEXÍVEL, PROTETORA, AUTOBRILHANTE E ANTIDERRAPANTE PARA PISO. COM NOTIFICAÇÃO NA ANVISA/MS.		
19	CERA LÍQUIDA INCOLOR EMBALAGEM COM 5L, PRONTO USO, É CONSTRUÍDA POR UMA ASSOCIAÇÃO BALANCEADA DE CERAS E RESINAS SINTÉTICAS, PLASTIFICANTE E EMULSIONANTES, ANIÔNICOS E NÃO IÔNICOS QUE PROPICIAM UMA PELÍCULA UNIFORME FLEXÍVEL, PROTETORA, AUTOBRILHANTE E ANTIDERRAPANTE PARA PISO. COM NOTIFICAÇÃO NA ANVISA/MS.	UND	GUANABARA; BRAVO; CENTRAL DERME; GIRANDO SOL; POLY LAR
20	CERA LÍQUIDA INCOLOR EMBALAGEM COM 750ML, PARA TODOS OS TIPOS DE PISOS, COM AÇÃO IMPERMEABILIZANTE E ALTA PERFORMANCE, PROPORCIONA BRILHO INSTANTANEO E POSSUI FRAGRANIA SUAVE, COMPOSIÇÃO: VEÍCULO, PLASTIFICANTES, ALCALIZANTES, FORMADORES DE FILME, COADJUVANTES EMULCIFICANTE, CONSERVANTE E FRAGRÂNCIA.	UND	BRAVO; UTIL QUIMICA; GIRANDO SOL; BRILHO FACIL; POLY LAR
25	CONDICIONADOR DE CABELO INFANTIL EMBALAGEM DE 200 ML. COMPOSIÇÃO: AQUA, POLYQUATERNIUM - 7, CETYL ALCOHOL HIDROXYETHYCELULOSE, BEHENTRIMONIUM CHLORIDE CETRIMONIUM CLORIDE, PARFUM, CETEARETH 20 METHILISOTHIAZOLINE, METHY/CHLOISOTHIZOLINE, CHAMOMILA RECUTITA EXTRACT, ALOE BARBADENSIS EXTRACT.	UND	HUGGIES TURMA DA MONICA; JOHSONS BAY; DOVE BABY; PALMOLIVE KIDS; CREMER; TRÁLÁLÁ
27	COPO DESCARTÁVEL PLÁSTICO 180ML - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT	COPO SUL; MINAS PLAST; KEROCOPO;

			COPO MAIS; CRISTAL COPO; DUDIGO
28	COPO DESCARTÁVEL PLÁSTICO 80ML - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PCT	COPO SUL; MINAS PLAST; KEROCOPO; COPO MAIS; CRISTAL COPO; DUDIGO
30	CREME DENTAL INFANTIL 50G	UND	TANDY; SORRISO KIDS; ORAL B KIDS; TRA LA LA KIDS
31	CREME PARA PENTEAR 150 ML INFANTIL. PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO. COMPOSIÇÃO: AQUA, CETEARYL ALCOHOL, CETRIMONIUM CHLORIDE, MINERAL OIL, PARFUM, GLYCERYL STEARATE, AMINO BISPROPYL, DIMETHICONE AND TRIDECETH-12 AND TEA-DODECYLBENZENESULFONATE, DMDM HYDANTOIN, METHYLPARABEN, PROPYLPARABEN, CITRIC ACID, YELLOW 5 (CL 19140).	UND	HUGGIES TURMA DA MONICA; JOHSONS BABY; DOVE BABY; PALMOLIVE KIDS; TRÁLÁLÁ
32	DESENGORDURANTE EMBALAGEM COM 5L, REMOVEDOR DE ENCARDIDOS, CONTENDO EM SUA COMPOSICAO TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS, ALCALINIZANTES, GLICOL ÉTER, QUELANTES, COADJUVANTES, CORANTE, ESTABILIZANTES EM VEICULO AQUOSO. COM NOTIFICAÇÃO NA ANVISA/MS.	UND	UTIL QUIMICA; CATARINA; QUIMIPROL; MARQUI
34	DESINFETANTE LÍQUIDO DE TALCO OU LAVANDA, EMBALAGEM DE 05 LITROS BACTERICIDA E GERMICIDA. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, INGREDIENTES ATIVOS, FORMOL, SABÃO, SOLVENTE, ESTABILIZANTE, SEQUESTRANTE E CORANTE. EMBALADO EM FRASCO INCOLOR, COM TAMPA DE ROSQUEAR, PARA MAIOR SEGURANÇA NO TRANSPORTE E MANUSEIO DO PRODUTO.	UND	SPARTAN DO BRASIL; GIRANDO SOL; AQUAFAST; SEBOLD; PROQUILL

36	DETERGENTE LÍQUIDO BIODEGRADÁVEL P/ LOUÇA, 5 LITROS. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIONICOS, GLICERINA, COADJUVANTE, PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTES, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO LINEAR, LAURIL ESTER SULFATO DE SÓDIO, CORANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA, TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	UND	AQUAFAST; GIRANDO SOL; IPÊ; LIMPOL; SEBOLD; MARQUI; PROQUILL
55	FÓSFORO CAIXA COM 240 UNIDADES	UND	FIAT LUX; PARANÁ; GABOARDI
59	GUARDANAPO DE PAPEL COR BRANCA DE ALTA QUALIDADE, MEDINDO: 22 X 23 CM. PACOTE COM 50 FOLHAS.	UND	SNOB; MILLE; SCOTT; VIPP; BOQUINHA
61	INSETICIDA DOMESTICO MULTI INSETICIDA, PULVERIZADOR AEROSOL FRASCO EM ALUMÍNIO DE 300ML.	UND	SBP; MAT INSET; JIMO ANTI INSET; RAID; DETEFON; BAYGON MORTEIN; BUZZ
63	LENÇO UMEDECIDO. COMPOSIÇÃO: GLYCERIN, LANETH -20, POLYSORBATE 20, PARFUM, COCAMIDOPROPYL BETAINE, PROPYLENE GLYCOL, METHYPARABEN, DISODIUM EDTA, CALÊNDULA OFFICINALIS, AQUA. EMBALAGEM PLÁSTICO COM 450 UNIDADES.	EMBALAGEM	JOE BABY; TUTTY BABY; COTONELA BABY
64	LIMPA VIDROS, EMBALAGEM DE 500 ML, COMPOSIÇÃO: LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, COADJUVANTES, CORANTE, ÁGUA.	UND	VEJA VIDREX; MR MUSCULO; AQUAFAST; SEBOLD; UPPRO GLASS; PROQUILL
65	LIMPADOR CONCENTRADO MULTIUSO, INDICADO PARA LIMPEZA DE PISOS, PAREDES, BANHEIROS E SIMILARES, COM FÁCIL APLICAÇÃO E DISSOLUÇÃO, FACILMENTE REMOVIDO PELO ENXAGUE, EXCELENTE REMOVEDOR DE GORDURAS. COMPOSIÇÃO BÁSICA: NONIFENOL, POLIGLICOL, ÉTER, ALCALINIZANTE, BUTILGLICOL, ADITIVO,	UND	VEJA MULTIUSO; AQUAFAST; MR MUSCULO; YPE; SEBOLD; PROQUILL

	AGENTE DE CONTROLADOR DE PH, CONSERVANTE, CORANTE, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO, COM REGISTRO. FRASCO DE 500ML.		
63	LIMPEZA PESADA, EMBALAGEM DE 500 ML, COMPOSIÇÃO: LAURIL, ÉTER SULFATO DE SÓDIO, COADJUVANTES, CORANTE, ÁGUA. OBS: ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO C/ IMPRESSÃO ORIGINAL DO FABRICANTE, C/ INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO, TAIS COMO COMPOSIÇÃO QUÍMICA, VALIDADE, QUANTIDADE, LOTE, ETC. AROMA DE LAVANDA.	UND	VEJA LIMPEZA PESADA; AQUAFAST; MR. MUSCULO; YPE; SEBOLD; MARQUI
84	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA C/ 30M, FARDO C/64 ROLOS FOLHA DUPLA, BRANCA, PICOTADO E GOFRADO DE ALTA QUALIDADE, NEUTRO, 100% FIBRAS NATURAIS, COM EXTRATO DE ALGODÃO. EMBALAGEM COM 04 ROLOS DE 30MX10CM, FARDO COM 16 PACOTES C/ 4 UNIDADES CADA.	FARDO	MILLE; DUALETI; DAMA; FOFINHO; CLARA
85	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA SIMPLES C/ 300M. FOLHA SIMPLES, BRANCA, PICOTADO DE ALTA QUALIDADE, NEUTRO, 100% FIBRAS NATURAIS. FARDO COM 8 ROLOS	UND	FLAMINGO; INDAIAL; FLORAX
86	PAPEL TOALHA PICOTADO, BRANCA, PICOTADA E GROFADA, FOLHAS DUPLAS, TAMANHO MÍNIMO DE 20X20CM, PACOTE COM 2 ROLOS.	PCT	SNOB; SEDDAS; SCALA; SORELLA; ABSOLUTE; CLARA; LIDER
98	SABÃO DE BARRA COMUM 200G.GLICERINADO. ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO COM IMPRESSÃO ORIGINAL DO FABRICANTE, COM INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO, TAIS COMO COMPOSIÇÃO QUÍMICA, VALIDADE,QUANTIDADE, LOTE, ETC.	UND	YPE; MINUANO; GIRANDO SOL; HIGYES
99	SABÃO EM PÓ BIODEGRADÁVEL 5KG. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIONICO, BRANQUEADOR ÓTICO, COADJUVANTE,	UND	OMO; GIRANDO SOL; BRILHANTE; GOTA LIMPA

	SINERGISTA, ENZIMA, ALCALINIZANTES, CORANTES, PERFUME E ÁGUA.		
101	SABONETE INFANTIL EM BARRA 75 GRAMAS, COM CREME HIDRATANTE COM CAMOMILA E ALOE VERA.	UND	HUGGIES; JOHSONS BABY; DOVE BABY; PALMOLIVE KIDS
102	SABONETE LÍQUIDO CREMOSO, SEMI-GEL, PEROLADO, HIDRATANTE E EMOLIENTE. EMBALAGEM DE 5 LITROS COM AGENTES UMECTANTES E EMOLIENTES. AROMA DE FRUTAS, FLORES OU TALCO	UND	CENTRAL DERME; AQUAFAST; SEBOLD; LIMPY HANDS CARE; PROQUILL
103	SACO DE LIXO 100 L, PRETO OU AZUL, 10 MICRAS, PACOTE C/ 100 UNIDADES	PCT	ESFRE BOM; ESSAN; BRILHUS; EREPLAST; SANTA HELENA; PALOSKI
104	SACO DE LIXO 100 LITROS, REFORÇADO 15 MICRAS, PRETO OU AZUL, PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	ESFRE BOM; ESSAN; BRILHUS; EREPLAST; SANTA HELENA; PALOSKI
105	SACO DE LIXO 30 L, PRETO OU AZUL, 10 MICRAS PCTE C/ 100 UNIDADES	PCT	ESFRE BOM; ESSAN; BRILHUS; EREPLAST; SANTA HELENA; PALOSKI
106	SACO DE LIXO 50 L, BRANCO, 10 MICRAS PACOTE C/100 UNIDADES, PARA LIXO INFECTANTE.	PCT	ESFRE BOM; ESSAN; BRILHUS; EREPLAST; SANTA HELENA; PALOSKI
107	SACO DE LIXO 50 L, PRETO OU AZUL, 10 MICRAS, PACOTE C 100 UNIDADES	PCT	ESFRE BOM; ESSAN; BRILHUS; EREPLAST; SANTA HELENA; PALOSKI
111	SHAMPO INFANTIL 350G. SODIUM LAURETH SULFATE, COCOMIDE DEA, SODIUM COCOAMPHOACETATE, DECYL GLUCOSIDE, PEG 150 DISTEARATE, PLOYQUATERNIUM - 7, HIDROLYSED WHEAT PROTEIN, CITRIC ACID, METHYCLOSOTHIAZOLINONE, SODIUM CHOLORIDE, PARFUM, AQUA CI 42053 350 ML.	UND	HUGGIES TURMA DA MONICA; JOHSONS BABY; DOVE BABY; PALMOLIVE KIDS; ANJINHO
120	VASSOURA COM CABO EM MADEIRA OU AÇO, REVESTIDA EM PLÁSTICO. CABO DE NO MÍNIMO 1,20M COM ALÇA NA	UND	BETANIN; VARRE MAIS; ATLAS; MAXIMA

	PONTA SUPERIOR E ROSCA NA INFERIOR. BASE/PONTEIRA EM PLÁSTICO. MATERIAL: SINTÉTICO E METAL. CERDAS DE NYLON RESISTENTE COM 70 TUFOS E 04 FILEIRAS.		PRIMAVERA; LIMPA MANIA; PALOSKI

4. DO VALOR

4.4. Quanto a estimativa do valor da contratação o mesmo é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto na Resolução n º 07/2023, que “Institui normas para o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no CONDESUS Campos de Cima da Serra”.

4.5. Para embasar o processo e verificar se o valor está dentro da realidade de mercado o CONDESUS procedeu em pesquisa de mercado através do levantamento de preços praticados por outros órgãos da Administração Pública, em contratações similares, bem como a cotação direta com fornecedores atuantes no respectivo ramo de mercado.

4.6. O valor global a ser pago pela execução do objeto da presente contratação é de R$12.902.274,89 (doze milhões novecentos e dois mil duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), conforme na pesquisa de mercado, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

5. DO RECURSO A SER UTILIZADO

5.4. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente ata de registro de preços correrão a cargo dos Municípios Consorciados Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente observadas as condições estabelecidas no edital.

6. DA ENTREGA, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

6.4. O prazo de entrega é até 10 (dez) dias, contados da confirmação do pedido e

emissão da respectiva Nota de Empenho e Autorização de fornecimento.

6.5. Os materiais demandados deverão ser entregues em local definido pelo município quando do envio da Autorização de Fornecimento.

6.6. Os itens adjudicados, referentes ao material adquirido, deverão ser entregues conforme especificações deste instrumento, dentro do prazo estipulado no item 6.1.

6.7. Por ocasião do recebimento do pedido os itens terão suas características confrontadas com as especificações contidas neste instrumento, considerando a proposta de preços parte integrante do respectivo termo contratual.

6.8. Será recusado o material que não estiver em acordo com todas as especificações do presente instrumento.

6.9. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação dos documentos de cobrança, desde que a totalidade do objeto contratado tenha sido executada, atestada e aprovada pelo CONTRATANTE;

6.10. O pagamento ocorrerá após o recebimento definitivo dos serviços constantes na Nota de Empenho.

6.11. Em caso de entrega parcial, a fiscalização notificará a CONTRATADA, informando o ocorrido, e considerar-se-á como inadimplemento contratual, tendo em vista a não entrega de todos os itens solicitados.

6.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.4. São obrigações da CONTRATADA:

I - Executar a os serviços observando fielmente as disposições contidas em edital e em contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II - Indicar preposto para ser seu representante durante a execução do

presente contrato;

III - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

IV - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

V - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

VI - Observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis à execução dos serviços, visando sua perfeita execução.

VII - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VIII - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

IX - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;

X - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e em contrato.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.4. São obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços

executados, nos termos do presente instrumento;

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

III - Determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;

IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto desse contrato.

9. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.4. O fornecedor contratado será selecionado considerando a proposta de menor valor por item.

10. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.4. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Cada município consorciado adquirente designará o gestor e o fiscal de contrato. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

a) Termo de Formalização de Demanda;

b) Realização da pesquisa de mercado, e composição da orçamentação;

c) Levantamento das demandas dos municípios consorciados;

d) Elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP;

e) Encaminhamento do processo para análise jurídica;

f) Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;

g) Publicação e divulgação do Edital de Licitação;

h) Realização do certame e julgamento da licitação;

i) Homologação e Adjudicação do processo;

j) Assinatura e publicação da Ata de Registro de Preço.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.4. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

11.5. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

11.6. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Vacaria, 25 de julho de 2025.

_____

Caroline Gasperim
Secretária da Câmara Setorial do Desenvolvimento Social

ANEXO II - MODELO PROPOSTA DE PREÇO

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

VALIDADE DA PROPOSTA:

A presente licitação tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS para futura aquisição de materiais de higiene e limpeza, para os municípios consorciados ao CONDESUS, que obedecerá ao contido no termo de referência.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total

Local/data

_____

Assinatura do Responsável Legal

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ..... do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e cinco, compareceram, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra - CONDESUS, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.712.762/0001-71, com sede administrativa localizada na Rua Madre Vitória Joana Favre, n° 930, Bairro Parque dos Rodeios CEP nº. 95201-227, nesta cidade de Vacaria/RS, representada pelo Presidente CONDESUS, o Sr. Onilton João Capelini, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada DETENTORA DE ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nº. 22/2025, Processo Licitatório 30/2025, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando *a aquisição de materiais de higiene e limpeza*, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da Empresa	**Itens**

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021, e pelas condições do Edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

Empresa	**CNPJ/CPF**	**Nome do representante**	**CPF**

CLÁSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: *a aquisição de materiais de higiene e limpeza*, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente, Registro de Preços.
1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O preço unitário para o fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor:						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	Preço unitário	Preço Total

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.
2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao reestabelecimento da relação inicialmente pactuada.
2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços incialmente compactuados, mediante juntada

da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento de pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.3. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

a) Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

b) Na hipótese prevista na alínea anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 23 da Resolução AG n.º 09/2024.

c) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 24 da Resolução AG n.º 09/2024, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

2.4. Quando o preço registrado se tornar inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao

fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

a) Para fins do disposto no caput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

b) Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 23 da Resolução AG n.º 09/2024, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

c) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos da alínea anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 14 da Resolução AG n.º 09/2024.

d) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 24 da Resolução AG n.º 09/2024, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

e) Na hipótese de comprovação do disposto no caput e na alínea “a”, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇO

4.1. A Ata de Registro de Preço será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

4.2. Os municípios consorciados participantes da Ata de registro de preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará Autorização de Fornecimento que será remetida novamente ao órgão ou entidade participante que celebrará contrato ou emitirá nota de empenho de despesa ou outro instrumento equivalente, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos documentos de solicitação de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 14.133/2021 e demais normas cabíveis.

4.5. Os municípios consorciados participantes da Ata de registro de preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. Deverão, ainda, informar o órgão gerenciador acerca de eventuais infrações para possibilitar a instauração de Procedimento Administrativo para apurar as condutas, conforme previsto no Regimento Interno do Procedimento Administrativo Sancionador – PAS, aprovado pela Resolução AG nº 10/2025..

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. Administrar e produzir os atos de controle da Ata de registro de preços decorrente da presente licitação por meio do Núcleo de Compras e Licitação do CONDESUS, órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. Acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. Sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicar os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos

5.1.3. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços forem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.4. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.5. Emitir a autorização de compra;

5.1.6. Apurar, processar e julgar as infrações decorrentes de processo licitatório e da execução de contratos decorrentes da presente ata, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório.

5.2. Compete aos municípios consorciados:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos bens dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Por meio de responsável formalmente designado, proceder à fiscalização da contratação, mediante o cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.2.4. Notificar o órgão gerenciador acerca de condutas infracionais para possibilitar a instauração do Procedimento Administrativo Sancionador, na forma prevista na Resolução AG nº 10/2025.

5.2.5. O município consorciado deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 23 da Resolução AG n.º 09/2024, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

5.2.6. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.2.7. Dar preferência de contratação ao detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata.

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo município consorciado usuário da ata de registro de preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), por força do tratado no Art. 125 da Lei 14.133/2021 e alterações, sob pena das sanções cabíveis.

5 3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo município consorciado usuário, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, em caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou igualdade de condições, caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 22 da Resolução AG n.º 09/2024; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado total ou parcialmente pelo órgão gerenciador nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 21 e no § 4º do art. 22 da Resolução AG n.º 09/2024.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A ata de registro de preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos municípios consorciados ao CONDESUS.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O ente consorciado formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, juntamente com a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da ata de registro de preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.4.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada ordem de fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar.

7.4.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do município consorciado requisitante, não podendo ultrapassar 10 (dez) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.4.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.4 4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.5. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação.

7.6. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações

7.7. Todas as despesas relativas aos impostos, taxas, contribuições, encargos, despesas com frete e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado contra empenho em até 30 dias após a entrega total dos produtos contidos na ordem de fornecimento ou empenho, por intermédio da Tesouraria do município consorciado e mediante apresentação da nota fiscal/fatura, correndo a despesa na dotação orçamentária de cada município consorciado.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor torne as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota fiscal, o município consorciado, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção na fonte dos tributos sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. Para a presente ata não serão permitidos acréscimos e supressões.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente ata de registro de preços correrão a cargo dos Municípios Consorciados Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente observadas as condições estabelecidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. O descumprimento da ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador processar e aplicar, nos termos do Regimento Interno do PAS do CONDESUS, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação sob sua responsabilidade, garantindo-se o contraditório e ampla defesa, com os devidos registros nos sistemas competentes (art. 5º, inc. X, da Resolução AG n.º 09/2024), como também processar e julgar as penalidades decorrentes de infrações contatuais da presente Ata, cabendo ao município consorciado diretamente lesado a execução das penalidades impostas.

11.3. O município consorciado deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 23 da Resolução AG n.º 09/2024, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato ou íntegra do instrumento na imprensa oficial do CONDESUS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Vacaria, XX de XXXXX de 2025.

_____
Onilton João Capelini
Presidente – CONDESUS

Empresa Participante:

ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA LEI 14.133/21

A empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob n°, com sede administrativa a Rua XXX na cidade de XXXX por meio do seu representante legal o Sr. XXX, inscrito no CPF sob n° XX, vem DECLARAR:

a) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

b) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

e) Declaração de observância do limite de R$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

f) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

g) Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

Cidade, XX, mês, 2025.

Empresa XX
CNPJ